



Educação previdenciária promove a conscientização dos cidadãos

Em vez de esperar pelo cidadão, a Previdência vai até ele. E o meio escolhido é o Programa de Educação Previdenciária (PEP), que tem levado a Previdência Social para a rua, ao encontro dos cidadãos. O objetivo é a disseminação dos direitos e deveres previdenciários.

O programa foi implantado em fevereiro de 2000 com uma meta: informar e conscientizar a sociedade brasileira sobre o papel da Previdência Social na nossa realidade, que é o de assegurar a proteção social aos cidadãos, por meio de sua inclusão e permanência no Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

Segundo registros do Ministério da Previdência Social, existe um contingente significativo de pessoas que se inscreveram junto ao RGPS e que nunca contribuíram, ou então o fizeram por um período de tempo e abandonaram o seguro social. O PEP também



Integrantes do PEP realizam serviço de esclarecimento

visa conscientizar os segurados que estão nesta situação a continuarem a contribuir para o sistema previdenciário.

As duas ações do programa fazem parte de um objetivo maior: a inclusão previdenciária. Dados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios – PNAD/IBGE – de 2006 revelam que naquele ano existiam

cerca de 29 milhões de pessoas socialmente desprotegidas no país, apesar do aumento significativo da cobertura previdenciária nos últimos cinco anos.

No período de 2003 a 2007, houve um aumento de nove milhões no número de contribuintes para o sistema previdenciário, saindo de 28 milhões de segurados para 37 milhões. Esses números são o resultado da ampliação da cobertura previdenciária, do alto grau de formalização do emprego, com carteira assinada, e do aumento da massa salarial, fruto do crescimento econômico dos últimos anos.

Foco é o trabalhador de 16 a 39 anos

O Programa de Educação Previdenciária é dirigido a toda sociedade, em especial aos trabalhadores na faixa etária de 16 a 39 anos, entre eles os empregados sem carteira assinada, trabalhadores domésticos, empregadores, feirantes, artistas, empresários, autônomos, estudantes, donas de casa e índios, dentre outros.

Além desses, todos aqueles que podem ser inscritos na Previdência Social, como contribuintes individuais ou facultativos, são também o público alvo do PEP.

As comunidades podem entrar em contato com os Comitês Regionais do PEP ou os Comitês Locais (Agências da Previdência Social) e verificar onde as ações serão realizadas, além de solicitar a presença do PEP na comunidade. O programa realiza palestras, seminários, fóruns e cursos em sindicatos, associações, escolas e universidades. Educação Previdenciária se faz, também, no campo, nas igrejas, nas tribos indígenas, nas prisões, nas feiras livres, nas estradas e nas exposições de grande porte.

Números da Previdência Social julho/2008

25,7 milhões de benefícios pagos

3,2 milhões de benefícios assistenciais

15,4 bilhões de reais é quanto são pagos por mês em aposentadorias, pensões e auxílios

PEP está presente em quase todos os municípios

O PEP conta com 100 comitês regionais, presentes em todo o Brasil. Cada Comitê Regional é composto por três membros, um dos quais atuando como coordenador. Esses comitês locais funcionam nas agências da Previdência Social e unidades do PREVMóvel e do PREVBarco.

O programa promove ações para viabilizar a inscrição na Previdência Social e realiza atividades direcionadas para dar agilidade na prestação de serviços e maior comodidade aos usuários. O objetivo do PEP também é produzir informações institucionais.

Por esta razão são realizados, regularmente, programas de orientação sobre os benefícios e serviços da Previdência, além de celebrar parcerias com segmentos da sociedade civil organizada que atuam nas comunidades.

Vários órgãos do governo também estão engajados no PEP, como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Banco do Brasil, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Secretaria Especial de Agricultura e Pesca da Presidência da República, entre outros.

Pacto entre gerações garante a sustentabilidade do sistema

A educação previdenciária é importante para que os trabalhadores tenham conhecimento que o regime previdenciário brasileiro é também contributivo. Especialistas lembram que, no Brasil, há um contrato implícito entre as gerações, que são o verdadeiro pilar de sustentação do sistema. Objetivamente, as gerações que hoje contribuem permitem que sejam pagas as aposentadorias.

Sem esse mecanismo, a Previdência estará impedida de cumprir seu papel, e corre o risco, inclusive, de perder a sustentabilidade no futuro, quando a atual geração estiver em idade de se aposentar.

Outro dado relevante nesse pacto entre gerações, já apontado pelo Fórum Nacional da Previdência Social, no ano passado, é o envelhecimento da população. Segundo o gerente de Estudos e Análise Demográfica do IBGE, Juarez de Castro, entre 2030 e 2050, a população acima de 80 anos crescerá 2,8% ao ano, contra o crescimento médio de 0,9% ao ano do resto da população.

Todavia, segundo técnicos do Ministério da Previdência Social, mantendo-se o crescimento econômico de, pelo menos, 4% ao ano - registrado em 2007 e previsto para este ano -, além da crescente formalização do mercado de trabalho, a Previdência manterá a sua sustentabilidade até 2050.

Fórum Nacional defendeu a inclusão previdenciária

As perspectivas da Previdência para o futuro foram discutidas no ano passado pelo Fórum Nacional de Previdência Social. O objetivo do Fórum foi promover o debate entre os representantes dos trabalhadores, dos aposentados e pensionistas, dos empregadores e do Governo Federal.

Foram oito meses de discussões sobre a melhor forma de preparar a Previdência para o futuro, sempre levando em conta o respeito ao direito adquirido e a adoção de regras de transição de longo prazo.

Os integrantes do Fórum apoiaram a manutenção do sistema de Previdência Social Pública, básica e solidária e um sistema de Previdência Complementar Facultativo.

Ao final de seus trabalhos, o Fórum Nacional emitiu um documento na qual defendeu o fortalecimento das políticas de formalização do mercado de trabalho e inclusão previdenciária. Essas políticas dariam garantias a todos os cidadãos de acesso aos benefícios da Previdência Social.

O Fórum recomendou também a implementação de políticas na área de saúde e segurança do trabalhador. Isso irá diminuir o número de acidentes e reduzir a ocorrência de doenças ocupacionais. Essas medidas certamente terão reflexos positivos na redução de benefícios por invalidez e auxílios-doença.